

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Saúde Participações S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

No ano de 2024, a Companhia obteve resultados consistentes, com crescimento relevante de prêmios, beneficiários e lucro.

A Companhia apresentou crescimento em seu faturamento em comparação ao ano de 2023, decorrente do aumento de vidas e ajuste de preços no seguro saúde comercializado pela controlada Porto Saúde. O desempenho observado é fruto da continuidade do trabalho de ativação de corretores para venda do produto de seguro saúde, de investimentos em tecnologia e da manutenção das taxas de renovação, além de uma maior exposição da marca.

Beneficiários

No quarto trimestre de 2024, atingimos 675 mil vidas em saúde, com crescimento de 132 mil vidas em relação ao quarto trimestre de 2023.

No seguro Odonto, atingimos 995 mil vidas, aumentando 210 mil vidas em relação ao ano de 2023 e 49 mil vidas quando comparado ao 3T24.

Lançamento Porto Bairro: Nova linha de Produtos para São Paulo (capital), com rede de qualidade, com hospital e laboratório do bairro de preferência e Time Médico Porto a um preço acessível.

Foram lançados 10 planos em julho/24: Centro, Ipiranga, Itaquera, Lapa, Moema, Morumbi, Paulista, Pirituba, Santana e Tatuapé.

Receitas

As receitas seguem com crescimento expressivo, atingindo R\$ 6,6 bilhões no ano, sendo o seguro saúde o principal responsável.

Resultado

Vendas novas bem precificadas, combate a fraudes, resultado da nova família de produtos e avanço na verticalização virtual (Time Médico Porto Saúde e Parcerias), continuam sendo principais contribuidores para uma forte performance.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social
 - 1.1: Temas materiais associados:
 - Desenvolvimento das Comunidades Locais
 - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
 - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade
 - 2.1: Temas materiais associados:
 - Descarbonização e emissões de GEE
 - Gestão de Resíduos
3. Produtos e Soluções Sustentáveis
 - 3.1: Temas materiais associados:
 - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
 - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto.
 - Investimentos Sustentáveis
4. Engajamento da Cadeia de Valor
 - 4.1: Temas materiais associados:
 - Comportamento ético, integridade e compliance
 - Gestão da cadeia de valor
 - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
 - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos.

Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%). Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detratador é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023			Dezembro de 2024	Dezembro de 2023		
Circulante		84.065	29	1.189.160	791.676	Circulante		84.221	-	1.304.354	671.460
Caixa e equivalentes de caixa	8	60	29	299.627	25.456	Passivos do contrato de seguros	18	-	-	1.059.713	562.180
Aplicações financeiras						Impostos e contribuições a recolher	12.2	-	-	68.173	30.199
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	-	-	729.411	665.755	Dividendos a pagar		83.937	-	83.937	-
Recebíveis de prestação de serviços	10	-	-	16.532	18.828	Outros passivos	20	284	-	92.531	79.081
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	-	-	13.124	13.023	Não circulante				258.303	239.724
Custos de aquisição diferidos	11	-	-	4.996	545	Provisões judiciais	19	-	-	248.314	227.662
Outros ativos	13	84.005	-	125.470	68.069	Outros passivos	20	-	-	9.989	12.062
Não circulante		1.754.856	1.241.273	2.128.197	1.360.810	Patrimônio líquido		1.754.700	1.241.302	1.754.700	1.241.302
Realizável a longo prazo						Capital social	21	1.409.557	1.176.557	1.409.557	1.176.557
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	-	-	674.321	247.226	Reservas de lucros	21	342.740	67.307	342.740	67.307
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3	-	-	157.914	147.353	Outros resultados abrangentes		2.403	(2.562)	2.403	(2.562)
Ativos de contratos de seguros	18	-	-	450.230	122.949	Total do Passivo e Patrimônio líquido		1.838.921	1.241.302	3.317.357	2.152.486
Custos de aquisição diferidos	11	-	-	10.259	17.581						
Depósitos judiciais	19	-	-	227.340	215.927						
Outros ativos	13	28	-	616	27						
Investimentos											
Participações em controladas	15	1.754.828	1.241.273	-	-						
Imobilizado	16	-	-	515.316	530.463						
Intangível	17	-	-	92.201	79.284						
Total do Ativo		1.838.921	1.241.302	3.317.357	2.152.486						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	
						de 2024	de 2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		50	1	-	-	51	51
Aumento de capital							
AGE em 10 de fevereiro de 2023 (retificada em 25 de maio de 2023)		82.426	-	-	-	82.426	82.426
AGE em 10 de maio de 2023		1.094.081	-	-	-	1.094.081	1.094.081
Efeitos de reorganização societária - controladas		-	(7.122)	-	-	(7.122)	(7.122)
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		-	10.672	-	-	10.672	10.672
Ações outorgadas - controladas		-	(32)	-	-	(32)	(32)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		-	-	(1.498)	-	(1.498)	(1.498)
Outros ajustes de avaliação patrimonial - controladas (resultado abrangente)		-	-	(1.064)	-	(1.064)	(1.064)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	88.782	88.782	88.782
Destinações:							
Reserva legal		-	4.439	-	(4.439)	-	-
Reservas estatutárias		-	59.349	-	(59.349)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(21.086)	(21.086)	(21.086)
Dividendos adicionais		-	-	-	(3.908)	(3.908)	(3.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.176.557	67.307	(2.562)	-	1.241.302	1.241.302
Aumento de capital	21. (a)	233.000	-	-	-	233.000	233.000
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	21. (d)	-	15.014	-	-	15.014	15.014
Ações outorgadas - controladas		-	(9.061)	-	-	(9.061)	(9.061)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		-	-	4.250	-	4.250	4.250
Outros ajustes de avaliação patrimonial - controladas (resultado abrangente)		-	-	715	-	715	715
Lucro líquido do exercício		-	-	-	353.417	353.417	353.417
Destinações:							
Reserva legal	21. (b) (i)	-	17.671	-	(17.671)	-	-
Reservas estatutárias	21. (b) (ii)	-	251.809	-	(251.809)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21. (c)	-	-	-	(83.937)	(83.937)	(83.937)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.409.557	342.740	2.403	-	1.754.700	1.754.700

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

Receitas	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas					
Receita de contrato de seguro	22	-	-	6.398.196	3.428.055
Receita de prestação de serviços	23	-	-	133.967	122.958
Outras receitas operacionais		-	-	12.776	4.955
Equivalência patrimonial	15.1	353.702	88.782	-	1
Total das receitas		353.702	88.782	6.544.939	3.555.969
Despesas					
Despesa de contrato de seguro	22	-	-	(5.485.963)	(3.054.664)
Custos de aquisição - outros		-	-	(1.467)	(14.868)
Despesa administrativa	24	(285)	-	(466.020)	(302.449)
Despesa com tributos	25	-	-	(72.435)	(34.295)
Custo dos serviços prestados	26	-	-	(45.088)	(40.381)
Outras despesas operacionais	27	-	-	(23.262)	(39.473)
Total das despesas		(285)	-	(6.094.235)	(3.486.130)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		353.417	88.782	450.704	69.839
Receita financeira	28	-	-	154.718	91.117
Despesa financeira	29	-	-	(22.020)	(24.299)
Lucro operacional		353.417	88.782	583.402	136.657
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		353.417			

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa líquido atividades operacionais	(42.462)	—	10.059	(502.963)
Caixa gerado/(consumido) nas operações	(285)	—	366.436	110.496
Lucro líquido do exercício	353.417	88.782	353.417	88.782
Depreciações	—	—	9.122	8.952
Amortizações	—	—	4.429	4.429
Equivalência patrimonial	(353.702)	(88.782)	—	—
Provisões judiciais	—	—	(532)	8.333
Variações nos ativos e passivos	(42.177)	—	(152.710)	(537.804)
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	—	—	(63.656)	(665.741)
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	—	—	(427.095)	(247.219)
Ativos de contratos de seguros	—	—	(327.281)	—
Receíveis de prestação de serviços	—	—	2.296	(18.825)
Impostos e contribuições a recuperar	—	—	(101)	(13.020)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	(10.561)	(147.352)
Custos de aquisição diferidos	—	—	2.871	(18.126)
Depósitos judiciais	—	—	(11.413)	(215.927)
Outros ativos	(84.033)	—	(57.990)	(68.091)
Passivo do contrato de seguro	—	—	518.185	439.230
Impostos e contribuições a recolher	—	—	241.641	103.282
Provisões judiciais	—	—	(1.541)	219.328
Outros passivos	41.856	—	(18.065)	94.657
Outros	—	—	(203.667)	(75.655)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(2.562)
Participação dos acionistas não controladores	—	—	—	(10)
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	—	(203.667)	(73.083)
Caixa líquido atividades de investimento	(232.940)	(1.151.514)	(11.321)	(623.124)
Alienação de imobilizado	—	—	6.025	(91.483)
Aquisição de imobilizado	—	—	—	(447.932)
Aquisição de intangível	—	—	—	(83.709)
Dividendos recebidos	7.630	39.493	—	—
Aumento de capital em controladas	(240.570)	(1.191.007)	—	—
Caixa líquido atividades de financiamento	275.433	1.151.513	275.433	1.151.513
Aumento de capital	275.433	1.176.507	275.433	1.176.507
Dividendos pagos	—	(24.994)	—	(24.994)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	31	(1)	274.171	25.426
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	29	30	25.456	30
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	60	29	299.627	25.456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas	—	—	6.547.291	3.555.968
Receita de contrato de seguro	—	—	6.398.196	3.428.055
Receita de prestação de serviços	—	—	144.766	122.955
Outras	—	—	4.329	4.955
Receita operacional	—	—	6.547.291	3.555.968
Despesas de seguros	—	—	(5.485.963)	(3.054.664)
Insumos adquiridos de terceiros	(285)	—	(297.710)	(272.631)
Materiais, energia e outros	(1)	—	(168.600)	(166.198)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	—	—	(45.088)	(40.381)
Serviços de terceiros e comissões	(284)	—	(92.001)	(66.052)
Recuperação de valores ativos	—	—	7.979	—
Valor adicionado bruto	(285)	—	763.618	228.673
Depreciação e amortização	—	—	(13.551)	(13.381)
Valor adicionado líquido produzido	(285)	—	750.067	215.292
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	353.702	88.782	132.971	80.623
Resultado financeiro	—	—	132.971	80.623
Equivalência patrimonial	353.702	88.782	—	—
Valor adicionado total a distribuir	353.417	88.782	883.038	295.915
Distribuição do valor adicionado	353.417	88.782	883.038	295.915
Pessoal	—	—	187.655	113.587
Remuneração direta	—	—	92.511	64.953
Benefícios	—	—	88.437	44.178
F.G.T.S.	—	—	6.707	4.456
Impostos, taxas e contribuições	—	—	337.888	82.170
Federais	—	—	334.053	78.554
Municipais	—	—	3.835	3.616
Remuneração de capitais de terceiros	—	—	4.078	11.376
Juros	—	—	89	8.576
Aluguéis	—	—	3.989	2.800
Remuneração de capitais próprios	353.417	88.782	353.417	88.782
Dividendos	83.937	24.994	83.937	24.994
Lucros retidos do exercício	269.480	63.788	269.480	63.788

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Porto Saúde Participações S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma companhia aberta, mas sem ações em circulação no mercado, com sede na Avenida Rio Branco, 1.475 - 8º andar sala 2, Campos Elíseos, São Paulo - SP, Brasil. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Brasil e no exterior.

A Porto Saúde Participações S.A., estabelecida em 2022, foi criada com a finalidade de integrar verticalmente as atividades de saúde do Grupo Porto.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Participação	Participação	Participação	Participação
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Porto Saúde	Integral	100,0	Integral	100,0
Operações	Integral	100,0	Integral	100,0
Porto Saúde	Integral	100,0	Integral	100,0
Portomed	Integral	100,0	Integral	100,0
Porto Odonto	Integral	100,0	Integral	100,0
Porto Saúde	Integral	100,0	Integral	100,0
Serviços	Integral	100,0	Integral	100,0
Serviços Médicos	Integral	100,0	Integral	100,0
Porto Seguro Saúde	Integral	100,0	Integral	100,0
Ocupacional	Integral	100,0	Integral	100,0

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

- Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo Porto reguladas pela ANS.
- Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro de saúde.
- Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
- Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
- Porto Saúde Serviços S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do grupo não reguladas no mercado de saúde.
- Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
- Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.

1.1 APROVAÇÃO DO PEDIDO DE REGISTRO DE EMISSOR

Em 16 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, deferiu o pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria "A".

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos, riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO**(a) CONTROLADAS**

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações

no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subseqüentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A gestão da Companhia monitora o desempenho e aloca recursos com base em uma única linha de operação, no setor de saúde. Portanto, não são apresentadas informações segmentadas nas demonstrações financeiras, pois todos os rendimentos, custos, ativos e passivos estão associados a um único segmento, sendo este de saúde.

A Administração da Companhia acredita que essa abordagem de reporte reflete adequadamente a essência das operações da Companhia, permitindo aos usuários das demonstrações financeiras uma compreensão clara e abrangente de sua performance financeira e posição.

2.6 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE PELA COMPANHIA**IFRS 18 - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O IASB concluiu em 09 de abril de 2024 o trabalho para melhorar a utilidade das informações apresentadas e divulgadas nas Demonstrações Financeiras. A nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras, dará aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o desempenho financeiro das empresas, possibilitando assim melhores decisões de investimento. Ela afetará todas as empresas que utilizam as Normas de Contabilidade IFRS e entrará em vigor para exercícios iniciados em/após 1º de janeiro de 2027.

RESOLUÇÕES CVM 217 E 218

A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS nºs 01 e 02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS. Estas Resoluções entraram em vigor em 1º de novembro de 2024, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia iniciou os estudos para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório. Neste momento, a Administração da Companhia optou em não realizar esta divulgação voluntária.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1 NOVAS POLÍTICAS E SEUS JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17**3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO****(a) CLASSIFICAÇÃO**

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos de seguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.

Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48- Instrumentos Financeiros.

(b) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bens ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos, derivativos e embutidos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividade nos produtos existentes na Companhia.

(c) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO**CONTRATO DE SEGURO**

A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safra anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada corte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial;

(ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na corte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual na data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Saúde	Portomed
PAA	PAA
Saúde	Saúde
(d) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS	

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa. A Companhia, apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

(e) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

(f) MENSURAÇÃO**APRESENTAÇÃO**

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. A Companhia desagra os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes ("Other Comprehensive Income" - OCI), compreendendo receitas ou despesas financeiras de seguros.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para "Liability for Remaining Coverage" - LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda como o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PREMIUM ALLOCATION APPROACH - PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para contratos de seguro, pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.



Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)**

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no exercício de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no exercício; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros foram pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece que a receita de seguro do exercício é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens: sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por “impairment” em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por “impairment”.

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO**CONTRATOS DE SEGUROS**

As estimativas associadas aos contratos de seguros são: (i) de fluxos de caixa futuros LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento seguro já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia “bottom-up”, conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de liquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente à liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes:

Curva	Taxa Anual				
	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos
IGPM	13,93%	13,69%	13,31%	13,17%	13,17%
IGPM	5,89%	6,47%	6,60%	6,63%	6,63%
IPCA	5,43%	5,91%	5,67%	5,61%	5,61%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menor se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70% percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Os estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizadas para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todos as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a Companhia tem obrigação substancial, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS**(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, a classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de

investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2.4).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.2.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)**EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)**

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificados na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.2.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

3.2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS**(a) “SOFTWARES”**

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável (“impairment”) a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável (“impairment”) utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.2.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: determinadas controladas da Companhia os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.9 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS**(a) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(b) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: do valor justo de ativos e passivos financeiros da realização dos tributos diferidos das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais da provisão para risco de créditos (“impairment”). A liberação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, exceto pelo uso das estimativas e julgamentos relacionados ao IFRS 17, consolidados na nota explicativa nº 3.1.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.3.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RLI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(1) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 99,9% (77,5% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Risco soberano - Brasil	99,9%	82,3%
Instituições financeiras	-	7,6%
Empresas elétricas e de telecomunicações	-	1,1%
Outros	0,1%	9,0%

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção do seu nível de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	316.009	554	68.255	-
Fluxo de 1 a 30 dias	645.078	307.877	576.437	195.909
Fluxo de 2 a 6 meses	21.320	891.507	33.229	221.768
Fluxo de 7 a 12 meses	14.627	33.583	32.118	14.120
Fluxo acima de 1 ano	1.759.167	18.712	247.226	7.434
Total	2.756.201	1.252.233	957.265	439.231

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera equivalentes de caixa e ativos financeiros.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos às parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pós-fixados (SELIC/CDI)	43,7%	16,1%
Prefixados	29,2%	37,1%
Inflação (IPCA/IGPM)	27,1%	41,6%
Ações	-	1,8%
Outros	-	3,4%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	50 b.p.	(46.495)
	25 b.p.	(24.199)
	10 b.p.	(9.920)
	- 10 b.p.	9.920
	- 25 b.p.	24.199
Juros pré-fixados	50 b.p.	(20.228)
	25 b.p.	(10.586)
	10 b.p.	(4.347)
	- 25 b.p.	10.586
	- 50 b.p.	20.228
Juros pós-fixados	50 b.p.	(3.713)
	25 b.p.	(3.094)
	10 b.p.	(2.476)
	- 10 b.p.	3.713
	- 25 b.p.	3.094

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariam as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP.

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

O principal risco da Companhia está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados. Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI, que trata-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que, devido a eventos e mudanças climáticas, podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliada a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas operadoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente das controladas reguladas pela ANS, estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	1.690.933	1.178.992
Despesas diferidas	(700.089)	(483.667)
Intangível	(68.221)	(55.304)
Despesas antecipadas	(1.666)	(1.115)
Patrimônio líquido ajustado	920.957	638.906
Capital base (I)	3.398	3.250
Capital baseado em risco (II)	850.367	568.634
Capital regulatório (I + II)	853.765	571.884
Suficiência de capital	67.192	67.022

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Após uma análise das operações da Companhia e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento de negócios relacionado à saúde. Esta determinação baseia-se na natureza homogênea dos serviços e produtos oferecidos, nos processos de produção, na distribuição e no perfil dos clientes atendidos pela Companhia.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	-	-	262.179	5.899
Depósitos bancários	60	29	37.448	19.557
	60	29	299.627	25.456

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO**9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO****9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR) - CONSOLIDADO**

Fundos exclusivos	Nível 1	Nível 2	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
			Total	Total
LFTs	727.717	-	727.717	356.968
Cotas de fundos de investimentos	-	938	938	4.363
Debêntures	-	630	630	7.252
Letras financeiras - privadas	-	113	113	5.388
CDBs	-	13	13	12
LTNs	-	-	-	289.988
Ações de companhias abertas	-	-	-	1.696
NTNs - B	-	-	-	88
Total - circulante	727.717	1.694	729.411	665.755

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	451.274	247.226
LTNs	223.047	-
Total - não circulante	674.321	247.226

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 637.170 (R\$ 246.431 em 31 de dezembro de 2023).

9.3 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	938.437	-
Aquisição Investidas	-	737.831
Aplicações	3.044.167	1.735.993
Rendimentos	132.964	74.224
Resgates	(2.412.209)	(1.609.611)
Saldo final	1.703.359	938.437
Circulante	1.029.038	691.211
Não circulante	674.321	247.226

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	12,13	11,63
Fundos exclusivos		
LTNs	12,81	10,97
NTNs - B - IPCA	5,94	5,19
Debêntures (DI+)	1,92	1,98
LFTs (SELIC + Agio/Deságio)	0,07	0,14
LFS % CDI	-	134,30
Letras financeiras % CDI	-	127,44

(*) Vide nota explicativa nº 3.

10. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prestação de serviços médicos	18.531	24.024
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.999)	(5.196)
	16.532	18.828

10.1 "AGING" RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer	13.367	-	13.367	13.494	-	13.494
De 1 a 30 dias	2.328	-	2.328	4.612	-	4.612
De 31 a 60 dias	664	-	664	722	-	722
De 61 a 90 dias	246	(137)	109	1.195	(1.195)	-
De 91 a 120 dias	147	(83)	64	1.195	(1.195)	-
De 121 a 180 dias	476	(476)	-	1.294	(1.294)	-
De 181 a 365 dias	1.303	(1.303)	-	1.512	(1.512)	-
	18.531	(1.999)	16.532	24.024	(5.196)	18.828

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	18.126	-
Aquisição Investidas	-	8.304
Constituição	-	5.580
Apropriação para despesa	-	(8.451)
Saldo final	18.126	5.433

12. TRIBUTOS - CONSOLIDADO**12.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
INSS a recuperar	4.829	5.145
PIS e COFINS	4.709	5.216
IRPJ (i)	2.334	642
CSLL (i)	795	1.565
Outros	457	455
	13.124	13.023

(i) Refere-se ao aumento na prestação dos serviços sujeitos a retenção fonte que serão compensados no final do exercício.

12.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS e COFINS	18.835	8.608
IRPJ	13.108	3.952
ISS	11.605	3.267
INSS e FGTS	9.100	4.759
CSLL	6.943	3.841
IRRF	6.357	2.546
Outros	2.225	64
IOF	-	3.162
	68.173	30.199

12.3 IMPOSTO DE

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Eliseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em.....	171.095	3.519	412	395	477	1.181	177.079

12.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)...	353.417	88.782	583.401	136.657
Alíquota vigente.....	34%	34%	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B).....	(120.162)	(30.186)	(233.360)	(54.663)
Equivalência patrimonial.....	122.714	30.186	-	(2.548)
Participação nos lucros				
- administradores.....	-	-	(7.951)	1.078
Inovação tecnológica.....	-	-	2.692	-
Depósitos judiciais.....	-	-	3.847	4.645
Doações/ incentivos.....	-	-	9.534	2.690
Outros.....	(2.552)	-	(4.747)	923
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	120.162	30.186	3.375	6.788
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	-	-	(229.985)	(47.875)
Taxa efetiva (D/A).....	-	-	39,4%	35,0%

13. OUTROS ATIVOS - CONSOLIDADO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024
Dividendos a receber, adiantamentos e outros créditos (iii).....	84.033	87.219	51.024	
Contas a receber - Fundação Itaú (ii).....	-	37.192	13.726	
Contas a receber - Financeiro (i).....	-	1.675	3.346	
	84.033	126.086	68.096	
Circulante.....	84.005	125.470	68.069	
Não circulante.....	28	616	27	
(i) Trata-se de valores em caixa de parcelas que entraram no último dia do mês e serão compensados no dia subsequente.				
(ii) Refere-se ao montante a receber da Fundação Itaú decorrente das liquidações de sinistros realizadas pela Porto Saúde. A variação está relacionada com o aumento dos sinistros avisados na Fundação Itaú.				
(iii) Dividendos a receber compõe R\$ 85.719.				

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS e COFINS.....	222.542	213.100
IRPJ e CSLL.....	1.152	1.070
Outros.....	3.646	1.757
	227.340	215.927

15. INVESTIMENTOS

Em conformidade com os processos de reorganização societária detalhados na nota explicativa nº 1, as seguintes informações abordam as alterações nas participações societárias das entidades diretamente investidas pela Companhia, além de fornecer um resumo das informações financeiras relevantes, tanto de investidas diretas quanto indiretas.

É importante salientar que as demonstrações financeiras individuais do ano de 2024 das investidas indiretas, Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. e Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda., foram elaboradas e divulgadas conforme as exigências regulatórias específicas da ANS. Em contrapartida, os dados financeiros incluídos nesta demonstração estão preparados de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros, especificamente o IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguro, que proporciona uma base de comparação e análise uniforme para a avaliação de contratos de seguro.

15.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldo em 31 de dezembro de 2023		Equivalência patrimonial		Aumento de capital		Dividendos		Remuneração em ações		Outros resultados abrangentes		Saldo em 31 de dezembro de 2024
	lênica	de 2023	de 2023	de 2023	de 2023	de 2023	de 2023	de 2023	de 2023	de 2023	de 2023	de 2023	
Porto Saúde Operações.....	1.162.761	340.490	240.570	(80.867)	5.845	4.875	1.673.674						
Porto Saúde Serviços.....	78.512	13.212	-	(10.768)	108	90	81.154						
	1.241.273	353.702	240.570	(91.635)	5.953	4.965	1.754.828						

15.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Dezembro de 2024				Dezembro de 2023			
	Total de ativos		Total de passivos		Total de receitas (I)		Total de Lucro líquido do exercício	
	ativos	passivos	receitas (I)	do exercício	ativos	passivos	receitas (I)	do exercício
Porto Saúde.....	3.360.844	1.696.685	6.535.634	341.435				
Serviços Médicos (ii).....	92.175	7.943	72.466	11.339				
Porto Seguro Saúde Ocupacional.....	36.392	8.133	65.461	1.874				
Porto Saúde Serviços (ii).....	84.291	3.138	-	(1)				
Porto Saúde Operações (ii).....	1.754.613	80.940	-	(74)				
Porto Odonto.....	533	-	67	(287)				
Portomed.....	8.320	1.294	2.094	(584)				
	5.337.168	1.798.133	6.675.722	353.702				
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (I)	Total de Lucro líquido do exercício				
Porto Saúde.....	2.343.404	1.189.076	3.518.880	71.149				
Porto Saúde Operações (ii).....	1.162.759	-	-	-				
Serviços Médicos (ii).....	86.927	8.425	65.563	13.947				
Porto Saúde Serviços (ii).....	78.512	-	-	-				
Porto Seguro Saúde Ocupacional.....	32.170	5.905	61.083	3.423				
Portomed.....	9.016	1.413	1.510	249				
Porto Odonto.....	830	10	86	14				
	3.713.618	1.204.829	3.647.122	88.782				

(i) Considera-se as receitas financeiras.

(ii) Desconsidera-se a equivalência patrimonial.

16. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO
16.1 COMPOSIÇÃO

	Dezembro de 2024				Dezembro de 2023			
	Depreciação acumulada		Valor líquido		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	(% a.a.)	Custo	lênica	de 2024	(% a.a.)	Custo	lênica	de 2023
Edificações.....	2,0	450.928	(26.701)	424.227	17,962	454.060	(17.962)	436.098
Terrenos.....	-	90.903	-	90.903	-	94.103	-	94.103
Veículos.....	20,0 a 25,0	370	(185)	185	370	(111)	259	
Equipamentos.....	10,0 a 14,3	49	(49)	-	49	(48)	1	
Móveis, máquinas e utensílios.....	10,0 a 50,0	5	(4)	1	5	(3)	2	
		542.255	(26.939)	515.316	548.587	(18.124)	530.463	

16.2 MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações			
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023		Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Edificações.....	436.098	(2.825)	(9.046)	424.227
Terrenos.....	94.103	(3.200)	-	90.903
Veículos.....	259	-	(74)	185
Móveis, máquinas e utensílios.....	2	-	(1)	1
Equipamentos.....	1	-	(1)	-
	530.463	(6.025)	(9.122)	515.316

17. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO
17.1 COMPOSIÇÃO

	Dezembro de 2024				Dezembro de 2023			
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software".....	6,67 a 20,0	118.934	(50.713)	68.221	101,588	(46.284)	55.304	
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional.....	-	23.980	-	23.980	-	23.980	-	
		142.914	(50.713)	92.201	125.568	(46.284)	79.284	

17.2 MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações			
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Aquisições	Despesa de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
"Software".....	55.304	17.346	(4.429)	68.221
Ágio na aquisição de investimentos..	23.980	-	-	23.980
	79.284	17.346	(4.429)	92.201

17.3 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados

A) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGUROS

	Passivos por cobertura remanescente			Passivos por sinistros incorridos	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18. (b))	Dezembro de 2024
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro			
Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA						
Saldo inicial dos passivos de seguro.....	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)	
Saldo inicial no exercício.....	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)	
Receita de seguro.....	6.398.196	-	-	-	6.398.196	
Despesas de serviço de seguro.....	(496.575)	(4.979.309)	(10.079)	-	(5.485.963)	
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro.....	(4.896)	(4.979.309)	184.281	-	(4.799.924)	
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	(491.679)	-	-	-	(491.679)	
Ajustes de passivos por sinistros incorridos.....	-	-	(194.360)	-	(194.360)	
Resultado do serviço de seguro.....	5.901.621	(4.979.309)	(10.079)	-	912.233	
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros.....	-	8.650	(3.663)	-	4.987	
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI.....	5.901.621	(4.970.659)	(13.742)	-	917.220	
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos.....	(6.438.818)	-	-	-	(6.438.818)	
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento.....	91	4.644.154	-	-	4.644.245	
Fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	256.517	-	-	-	256.517	
Fluxos de caixa totais.....	(6.182.210)	4.644.154	-	-	(1.538.056)	
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira.....	271.457	-	-	-	(271.457)	
Saldo final no exercício.....	(77.006)	(1.066.669)	(47.073)	581.265	(609.483)	
Saldo final dos passivos de seguro.....	(77.006)	(1.066.669)	(47.073)	581.265	(609.483)	
Saldo de fechamento líquido.....	(77.006)	(1.066.669)	(47.073)	581.265	(609.483)	

	Passivos por cobertura remanescente			Passivos por sinistros incorridos	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18. (b))	Dezembro de 2023
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro			
Saldo inicial dos passivos de seguro.....	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldo inicial no exercício.....	-	(1)	-	-	-	(1)
Aquisição investidas.....	78.489	(506.302)	(23.524)	120.462	(330.875)	
Receita de seguro.....	3.428.055	-	-	-	3.428.055	
Despesas de serviço de seguro.....	(277.473)	(2.769.936)	(7.255)	-	(3.054.664)	
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro.....	19.600	(2.769.936)	-	-	(2.750.336)	
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	(297.073)	-	-	-	(297.073)	
Ajustes de passivos por sinistros incorridos.....	-	-	(7.255)	-	(7.255)	
Resultado do serviço de seguro.....	3.150.582	(2.769.936)	(7.255)	-	373.391	
Resultado financeiro líquidos de contratos de seguros.....	(21.072)	18.397	(2.552)	-	(5.227)	
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI.....	3.129.511	(2.751.540)	(9.807)	-	368.164	
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos.....	(3.449.598)	-	-	-	(3.449.598)	
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento.....	-	2.517.679	-	-	2.517.679	
Fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	173.724	-	-	-	173.724	
Fluxos de caixa totais.....	(3.275.874)	2.517.679	-	-	(758.195)	
Saldo final no exercício.....	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)	
Saldo final dos passivos de seguro.....	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)	
Saldo de fechamento líquido						

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO
19.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a).....	223.329	212.149
Cíveis (b).....	23.699	14.328
Trabalhistas (c).....	1.286	1.185
	248.314	227.662
	(220.973)	(211.561)
Provisão líquida.....	27.341	16.101

Depósitos judiciais (*).....

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisões reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisões independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS.....	190.276	26.868
PIS.....	28.207	182.228
Outros.....	5.026	3.053
	223.329	212.149

(i) PIS

A sociedade Porto Saúde discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário 400.470.

(ii) COFINS

A sociedade Porto Saúde discute a exigibilidade da contribuição ao COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário 400.479.

(iii) OUTROS

O saldo refere-se principalmente a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela sociedade Porto Saúde.

(b) CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

(c) TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

19.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	212.149	1.185	14.328	227.662
Constituições.....	1.838	837	32.046	34.721
Êxito/reversões.....	(240)	(434)	(23.133)	(23.807)
Pagamentos.....	–	(390)	(1.151)	(1.541)
Atualização monetária.....	9.582	88	1.609	11.279
Saldo em 31 de dezembro de 2024	223.329	1.286	23.699	248.314
(-) Depósitos judiciais (*).....	(219.455)	(91)	(1.427)	(220.973)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2024	3.874	1.195	22.272	27.341
Quantidade de processos.....	8	18	1.300	1.326

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisões reconhecidos contabilmente.

19.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (i).....	36.398	–
Cíveis.....	9.033	5.906
Trabalhistas.....	161	140
	45.592	6.046

(i) FISCAIS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 28.419 (R\$ 21.418 de possível impacto no lucro líquido).

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Débitos a pagar.....	–	–
Transações com partes relacionadas (i).....	284	18.101
Encargos trabalhistas.....	–	13.189
Depósitos de terceiros.....	–	10.315
Participações nos lucros.....	–	40.206
Provisão para recessão.....	–	17.853
Benefícios pós emprego.....	–	6.420
Outros.....	–	14.289
	284	102.520
	284	92.531
	–	79.081
	–	12.062

(i) Vide nota explicativa nº 31.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA
(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 1.409.557 (R\$ 1.176.557 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 1.246.832.885 ações (1.076.245.175 ações em 31 de dezembro de 2023) ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias ocorridas no exercício de 2024 foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
28 de fevereiro de 2024.....	10.000	8.315.647
28 de junho de 2024.....	24.000	18.540.925
30 de julho de 2024.....	24.000	18.297.159
20 de agosto de 2024.....	27.000	20.244.521
30 de setembro de 2024.....	20.000	14.732.316
31 de outubro de 2024.....	50.000	36.161.352
27 de dezembro de 2024.....	78.000	54.295.790
Total.....	233.000	170.587.710

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R\$ 22.110 (R\$ 4.439 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R\$ 304.036 (R\$ 59.349 em 31 de dezembro de 2023).

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício.....	353.417	88.782
(-) Reserva legal -5%.....	(17.671)	(4.439)
Lucro básico para determinação de dividendo.....	335.746	84.343
Dividendos mínimos obrigatórios -25%.....	83.937	21.086
Dividendos pagos antecipadamente.....	–	24.994
Total por ação (R\$).....	0,0752	0,0339
Quantidade de ações.....	1.116.527	737.690

Em 30 de outubro de 2023, foi aprovado em Reunião da Diretoria R\$ 15.000 para a sua controladora Porto Seguro S.A.. Em 29 de novembro de 2023, foi aprovado em Reunião da Diretoria R\$ 9.994 para a sua controladora Porto Seguro S.A.

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

Embora a Companhia não possua atualmente plano de remuneração em ações de sua própria emissão, os administradores e empregados da Companhia e de suas controladas são elegíveis ao plano de remuneração em ações ("Plano") aprovado no âmbito da Porto Seguro S.A. ("PSSA"), que é a controladora da Companhia. O Plano estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações de emissão da PSSA a administradores e empregados da PSSA e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se incluem a Companhia e suas controladas.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, das empresas do Grupo Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para o Grupo Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento das empresas do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. A partir de 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações atribuídas aos beneficiários passou a considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data de atribuição aos beneficiários. Antes dessa data, a avaliação das ações considerava seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data de atribuição aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

22. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado dos contratos de seguro - PAA		
Alocação de prêmio.....	6.398.196	3.428.055
Receita de seguro.....	6.398.196	3.428.055
Despesas com seguro.....	(4.994.284)	(2.757.591)
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas.....	(4.799.924)	(2.750.336)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos.....	(194.360)	(7.255)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	(491.679)	(297.073)
Despesas de aquisição.....	(491.679)	(297.073)
Despesas totais de serviço de seguro.....	(5.485.963)	(3.054.664)
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA.....	912.233	373.391

23. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receita de serviços.....	144.767	133.190
PIS/COFINS.....	(6.989)	(6.623)
ISS.....	(3.811)	(3.609)
	133.967	122.958

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego.....	(155.135)	(104.466)
Despesas recuperadas (i).....	(143.044)	(100.239)
Serviços de terceiros.....	(72.181)	(51.151)
Participação nos lucros.....	(56.552)	(22.833)
Localização e funcionamento.....	(25.498)	(18.270)
Donativos e contribuições.....	(7.259)	(4.379)
Publicidade.....	(252)	(40)
Outras.....	(6.099)	(1.071)
	(466.020)	(302.449)

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto.

25. DESPESAS COM TRIBUTOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS.....	(60.965)	(27.906)
PIS.....	(9.921)	(4.536)
ISS.....	(19)	(6)
Outros.....	(1.530)	(1.848)
	(72.435)	(34.296)

26. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Serviços de terceiros.....	(21.113)	(21.299)
Salários e encargos.....	(16.057)	(18.442)
Outros.....	(7.918)	(640)
	(45.088)	(40.381)

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cobranças e adm. de apólices e contratos.....	(7.713)	(21.446)
Provisão para devedores duvidosos.....	(7.263)	(392)
Encargos sociais de operações com seguros.....	(6.933)	(6.292)
Provisão para contingências.....	–	(5.862)
Outras.....	(1.353)	(5.481)
	(23.262)	(39.473)

28. RECEITAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	133.907	74.224
Receitas de contrato de seguros emitidos.....	3.639	223
Outras.....	17.172	16.670
	154.718	91.117

29. DESPESAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas com contratos de seguros emitidos.....	(5.735)	(5.227)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	(943)	(9.033)
Despesa com atualização de contingências.....	(89)	(8.764)
Outras.....	(15.253)	(1.275)
	(22.020)	(24.299)

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO
30.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 388 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 1.934 em 31 de dezembro de 2024.

30.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício.....	7.124	4.773
Custo dos benefícios.....	430	298
Custo de juros.....	718	552
Benefícios pagos.....	(1.411)	(439)
Ganho atuarial sobre a obrigação.....	(1.207)	2.017
Outros.....	767	(77)
Saldo final do passivo.....	6.421	7.124

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações		

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos a diretores, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Participação nos lucros - administradores.....	25.713	5.159
Honorários e encargos	6.711	3.372
	32.424	8.531

32. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado

por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia.....	353.417	88.782
Média ponderada do número de ações durante o exercício	1.116.527	737.690
Resultado por ação básico e diluído	0,3165	0,1204

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Presidente do Conselho de Administração

BRUNO LEMOS FERRARI
Conselheiro

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Vice-Presidente do Conselho de Administração

SAMI FOGUEL
Conselheiro

CELSO DAMADI
Conselheiro

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Conselheiro

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Precificação

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor de Relações com Investidores

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Saúde Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Porto Saúde Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Estimativa dos contratos de seguros mensuradas sob o *Premium Allocation Approach* (PAA)
Conforme divulgado nas notas explicativas n.ºs. 3.1 e 18, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, por meio de suas controladas, registrou ativos e passivos de contratos de seguros no montante de, respectivamente, R\$ 450.230 mil e R\$ 1.059.713 mil. Conforme descrito nas referidas notas explicativas, esse montante inclui tanto o passivo por sinistros incorridos (LIC), que reflete estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e estimativas de ajuste de risco para risco não financeiro, quanto o passivo de cobertura remanescente (LRC). O montante do passivo de cobertura remanescente é composto pelo cálculo do método PAA, bem como pelo ativo para fluxo de caixa de aquisição de seguros.

O passivo por contratos de seguros inclui a estimativa dos sinistros ocorridos e não avisados - PEONA, sendo um processo complexo, o qual aplica métodos atuariais e estatísticos sobre dados históricos e padrões que exigem o uso de estimativas e julgamentos. Isso requer o uso de fórmulas complexas e ferramentas computacionais que podem estar configuradas incorretamente, e para as quais dados de entrada imprecisos ou incompletos podem ser utilizados. As técnicas de projeção também consideram riscos emergentes, que podem ter um impacto significativo na determinação dos custos finais de liquidação, mas onde a experiência disponível é limitada, incluindo incertezas em torno de litígios de sinistros, pontualidade na comunicação de sinistros e inflação.

Como parte do processo de determinação dos valores relativos a esses contratos de seguros, é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: classificação dos contratos, taxas de retenção, custo de aquisição e manutenção, sinistralidade esperada e glosas, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, fatores de risco dos sinistros judiciais, entre outros. Em decorrência da subjetividade e alto grau de julgamento profissional da administração, classificamos os contratos de seguros como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração dos passivos dos contratos de seguros firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos passivos dos contratos de seguros; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros quanto da sua existência e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo dos ativos e passivos dos contratos de seguros constituídos pelas controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos

passivos por sinistros incorridos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investimentos - Participações em controladas

Conforme descrito nas notas explicativas 1 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui influência significativa nas controladas descritas nas referidas notas, e registra seu investimento utilizando o método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2024, o investimento da Companhia nas suas controladas totalizava R\$ 1.754.828 mil, e resultado de equivalência patrimonial de R\$ 353.702 mil, no exercício findo nessa data.

Considerando que reconhecimento dos investimentos em controladas é uma área importante e significativa na Companhia, determinamos essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) leitura dos atos societários, contratos e regulamentos das controladas, confirmando a relação societária e influência significativa exercida pela Companhia nessas controladas; (ii) trabalhos de auditoria nas controladas para fins de validação dos investimentos registrados; (iii) revisão dos ajustes contábeis para homogeneização às políticas contábeis adotadas pela Companhia; (iv) testes de exatidão matemática entre os patrimônios das controladas e os registrados na Companhia; e (v) avaliação da adequação das informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre investimentos, consideramos que o registro, documentação e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos saldos de investimentos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações individuais e consolidadas estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora CRC-SP300514/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>